

**RESENHA: Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva. Fabiane Santana Previtali (Org.). São Paulo: Xamã, 2012, 198 p.**

**Resenhado por:**

**Luciana Zacharias Gomes Ferreira Coelho**

[lucianazachariascoelho@gmail.com](mailto:lucianazachariascoelho@gmail.com)

O livro organizado por Fabiane Santana Previtali, doutora em Ciências Sociais (UNICAMP), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFU), pesquisadora acadêmica (FAPEMIG e CNPq) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTES), traz em seu bojo importante contribuição à temática dos impactos da reestruturação produtiva sobre as esferas do trabalho e da educação. A obra reúne o resultado de debates e discussões desenvolvidas por pesquisadores de diversas universidades (UFU, UFSCAR, UFG, UNICAMP e Université de Provence), instigados pelos reflexos históricos, econômicos, políticos e sociais sobre os setores produtivos em suas mais diversas vertentes, advindos das novas exigências do capital mundializado, cujo interesse maior repousa na superação da crise estrutural que impede sua expansão.

Questões relativas ao processo de reorganização do trabalho, tais como a flexibilização, intensificação, produtivismo exacerbados, inovações tecnológicas e novas formas de controle do trabalhador para maximização dos lucros, representam algumas das muitas preocupações levantadas pelos autores. Estes procuram demonstrar que a captura da subjetividade dos trabalhadores e a constante responsabilização dos mesmos pela própria capacitação/qualificação para se adequarem ao perfil imposto pelo mercado, fragmenta, individualiza e enfraquece a classe, cada vez mais constrangida e subsumida aos interesses do capital. O trabalho deixa de ser atividade vital e modo de produção e reprodução de uma vida plena e digna para tornar-se instrumento de exploração e adestramento – passa a ser trabalho alienado, estranhado, aprisionador.

No plano da educação, os autores revelam especial atenção à falta de espaço na escola capitalista para a formação do homem em sua plenitude. Não se permite a construção de um senso crítico e de um saber humanístico, e a mercantilização do ensino em todos os níveis denuncia uma formação aligeirada e superficial, em que se privilegia o conhecimento técnico e polivalente para atendimento de demandas mercadológicas. Nega-se à pessoa humana a condição necessária para compreender adequadamente o contexto em que está inserida e o conhecimento capaz de alçá-la a uma verdadeira emancipação. Ao longo da leitura da obra, depreende-se que no ambiente escolar não apenas o aluno, mas também o docente encontra-se cada vez mais sujeito aos impactos negativos da reestruturação produtiva, posto que se vê submetido à falta de autonomia pedagógica e administrativa, aos mecanismos de controle externo repletos de distorções, à responsabilização pelo fracasso escolar e ao produtivismo acadêmico, onde o quantitativo se sobrepõe ao qualitativo.

Alterações no campo dos complexos agroindustriais também são analisadas nesta obra, que enfoca especialmente o setor sucroalcooleiro, dada sua relevância econômica nas negociações do Brasil com o mercado externo. Embora não se discuta a enorme contribuição do setor para a economia nacional, os autores lançam um foco de luz sobre a triste realidade do trabalho braçal desvalorizado, mal remunerado, explorado ao extremo e às margens da legislação trabalhista vigente – em alguns casos até mesmo com condições de trabalho análogas à de escravo. Traçando um panorama histórico, os autores discorrem

sobre a evolução da exploração da indústria da cana, culminando na introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, voltada para atendimento das exigências do mercado internacional globalizado.

Estruturado em três partes, o livro aborda em um primeiro momento a questão relacional Trabalho e Educação, tendo como premissa a problemática do trabalho enquanto categoria central da sociabilidade humana. Cabe a Ricardo Antunes inaugurar esta primeira parte com seu texto sobre as formas da educação no modo de produção capitalista. O autor aborda com rigor teórico as categorias trabalho e educação, ressaltando sua importância para a produção e reprodução da vida e seu conteúdo relacional no que tange à economia, política, ideologias e valores. Destaca a transição do *homo sapiens* ao *homo faber*, na qual o capital cede em definitivo o trabalho intelectual do trabalho manual, fragmenta e hierarquiza o processo educacional, moldando o trabalhador por meio de uma formação pragmática tecnocientífica. Em seu entendimento, a educação contemporânea encontra-se liofilizada, despida de substância viva, e somente a retomada do trabalho como atividade vital será capaz de resgatá-la enquanto instrumento de emancipação definitiva. Yves Schwartz, por sua vez, discute a questão do saber científico e do saber prático, ao investigar em setores diversos da indústria francesa a percepção e o discurso dos trabalhadores sobre sua práxis cotidiana, problematizando até que ponto a gerência de fato controla o processo produtivo. No texto seguinte, Cristiane Fernandes da Silva recupera o tema da subjetividade do trabalhador e de sua interferência no ambiente de trabalho. Em seu estudo teórico-epistemológico, vale-se de uma abordagem pluridisciplinar, buscando na Ergologia, Ergonomia, Sociologia e outras ciências o suporte necessário para demonstrar que o trabalhador imprime racionalidades alternativas de normas de valores em seu trabalho, cometendo inclusive transgressões no ambiente laboral como forma de resistência. Caio Antunes revisita autores clássicos e encerra esta primeira parte do livro versando sobre a indissociabilidade das categorias trabalho e educação, e ressalta que somente a partir do acúmulo sócio-histórico dos avanços do trabalho concreto e abstrato é possível construir o cerne do processo formativo da humanidade. Segundo o autor, trabalho e educação humanizam e libertam, e certamente não podem ser reduzidos à mera qualificação para o mercado.

Na segunda parte da obra, intitulada Estado, Trabalho e Educação, Antônio Bosco de Lima e Adriana Cristina Omena analisam a relação entre capital, trabalho e política social, destacando as imbricações entre Estado e sociedade civil, as contradições e as correlações de força presentes no modo de produção capitalista e seus reflexos no campo das políticas sociais, no mais das vezes refém dos interesses do mercado. Na sequência, fazendo incursão pelo mundo do cinema, Carlos Lucena e João dos Reis da Silva Júnior valem-se do filme *Blade Runner* para traçar um paralelo entre o tempo, o trabalho e o professor pesquisador enquanto ser social, cuja essência repousa na síntese dialética do passado contida em si próprio e a potência do seu devir. Alertam sobre a tendência dos sujeitos em apenas reproduzir relações de dominação em tempos de mundialização do capital, seus desdobramentos perversos, e os reflexos no que concerne ao mal-estar no trabalho do professor-pesquisador. Também abordando o trabalho docente, Rosana Mendes Maciel e Fabiane Santana Previtalli fecham esta segunda parte da obra, tratando dos impactos da reestruturação produtiva no âmbito das políticas públicas educacionais. Debruçando-se sobre autores clássicos e contemporâneos, desvelam a precarização do trabalho docente no contexto do neoliberalismo, cada vez mais submetido à flexibilização, intensificação e controle por força das reformas educacionais ocorridas no Brasil a partir da década de 90.

A terceira e última parte trata do tema Trabalho, Educação e meio rural, enfatizando contradições que merecem ser objeto de debate e reflexão por parte do leitor. Paulo Roberto Almeida, Sérgio Paulo Morais e Tulio Barbosa resgatam as condições de classe e educação escolar em Uberlândia de 1990 a 2010, tecendo considerações sobre o discurso capitalista da qualificação escolar como mecanismo de ascensão profissional e inserção no mercado de trabalho. Ao recompor trajetórias, histórias de vida e memórias de diferentes trabalhadores residentes em comunidades periféricas, os autores investigam se tal discurso se materializa na realidade concreta, evidenciando as carências econômicas e sociais destes trabalhadores como elementos distanciadores da educação formal para si e para seus filhos. Outro importante estudo, cujo recorte espacial reporta-se à região do Triângulo Mineiro, é apresentado por Fabiane Santana Previtali, Robson Luiz de França e Cilson César Fagiani. Os pesquisadores mergulham no tema da agroindústria sucroalcooleira em face das novas dinâmicas introduzidas pela reestruturação produtiva. Analisam o mercado de *commodities* globalizado e os efeitos sociais provocados pelo processo, especialmente no que tange à população de trabalhadores rurais, cada vez mais sujeita à pobreza e à exclusão. Ainda na mesma temática, Manoel Nelito Nascimento perscruta as transformações históricas das relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira, traçando um panorama desde a produção manufatureira calcada no trabalho escravo até a atual fase de acumulação flexível e alto grau de avanços tecnológicos. Ao relacionar trabalho e educação neste contexto, o autor investiga as mudanças de discurso quanto à necessidade de qualificação dos trabalhadores para atuar neste setor em particular. Ao final da terceira parte, o texto de Pablo Guilherme Pereira e Andréia Farina de Faria versa sobre o sindicalismo rural no contexto da expansão da agroindústria sucroalcooleira, buscando compreender de que modo a luta de classes se configura no setor. A organização dos trabalhadores, as formas de resistência, as reivindicações históricas, o papel do Estado e a crise sindical são alguns dos objetos de debate colacionados pelos autores.

Denota-se a grande relevância, abrangência e atualidade desta obra, cujo supedâneo são os esforços e estudos coletivos de elevado rigor científico dos pesquisadores envolvidos em sua elaboração. O leitor é brindado com explanações precisas sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho e convidado a refletir sobre o cenário de precarização das condições de vida e emprego da classe trabalhadora em face das exigências do capital. Questionamentos acerca das políticas neoliberais e do papel do Estado na regulamentação dos interesses da sociedade civil são trazidos à baila com indispensável senso crítico. Os autores demonstram que a reestruturação produtiva e a reorganização do trabalho na cidade e no campo implicam em reflexos nocivos sobre a classe trabalhadora. Por seu turno, as novas demandas mercadológicas de qualificação profissional impedem a formação de uma consciência capaz de promover a emancipação dos trabalhadores. A fim de impedir a expansão deste triste cenário, faz-se necessário aos estudiosos do tema munir-se desta e de outras leituras para melhor compreender e, talvez assim, propor diretrizes para uma transformação positiva do processo social contemporâneo.